

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

O patrimônio cultural e a crise da democracia

Yussef Daibert Salomão de Campos¹

A Democracia no Brasil vive uma crise que há muito não se via. Após a Constituição de 1988, as instituições democráticas começaram a dar sinais de fortalecimento, como o Ministério Público, o Poder Judiciário, as eleições diretas, dentre outros.

Todavia, a ascensão da extrema direita – evento não exclusivo do nosso país – tem mitigado e perseguido essas instituições, com seu desmonte, seu aparelhamento ideológico e religioso e até sua extinção, como se deu com Ministério da Cultura.

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional também tem sido alvo de reiterados ataques. Nomeações de indivíduos despreparados, sem qualificação adequada para assumir cargos de direção e chefia do Instituto tem sido o calcanhar de Aquiles do quase centenário IPHAN.

Outros fatos marcam o ataque aos lugares de memória e ao patrimônio brasileiro. Em meio a manifestações por todo o mundo sobre a modificação de topônimos que homenageiam detratores dos direitos humanos e a derrubada de estátuas dos mesmos, no Brasil o presidente da república atesta sua incapacidade de ocupar tal cargo ao prestar loas a torturadores que atuaram como algozes na Ditadura Civil-Militar (1964-1985).

Assim, esse texto breve buscará exemplificar como alguns fatos – alguns anteriores à atual gestão mas que se solidificam com ela – exemplificam a crise democrática atual, que golpeia não só o Patrimônio e os lugares de memória, como também a toda uma estrutura de Estado, que se desmancha através da virulência das *fake news* e da corrupção comandada pela família Bolsonaro.

¹ Professor da Universidade Federal de Goiás. Professor permanente do Programa de Pós-graduação em História e do ProfHistória. Autor de "Palanque e Patíbulo: o patrimônio cultural na Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988)".

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Topônimos indesejados pela Democracia²

Em meio a pandemias – do Corona vírus, de autoritarismos, de genocídios indígenas – me deparo com uma notícia animadora. Após a derrubada da estátua do traficante de escravos Edward Colston, em Bristol, arremessada ao rio, os ativistas antirracistas continuaram seu movimento de protesto e substituíram a nefasta escultura escravagista pela estátua de Jen Reid, manifestante que foi fotografada sobre o pedestal após a eliminação do ultrajante marco. Isso demonstra que só a iconoclastia da retirada não basta. É preciso substituição, formação, educação, projetos políticos e políticas públicas que possibilitem a reflexão, o questionamento, o debate e a reivindicação. Esses preitos públicos a escravizadores, assassinos, ditadores, catequizadores, enfim, a toda sorte de exercício da força e do arbítrio sobre o outro, não só podem como devem ser revistos.

Como convivemos com tantos topônimos que se curvam a ícones da violência e da bestialidade, do obscurantismo? Como aceitamos a existência de inúmeras avenidas Getúlio Vargas espalhadas pelo país? Ponte Presidente Costa e Silva (sim, esse é o verdadeiro nome da ponte Rio-Niterói)? Escolas Marechal Costa e Silva?

Porque em nosso país, a crise da educação não é uma crise, é um projeto, já ensinou o libertador Darcy Ribeiro (1986). Esse sim digno de estátuas, bustos, memoriais, e diferentes homenagens, entre elas a mais importante: ser ouvido.

Estátuas e bustos de Cristóvão Colombo, de Jefferson Davis (presidente dos Estados Confederados durante a Guerra da Secessão), do rei belga Leopoldo II, de Winston Churchill, do padre Antônio Vieira, entre outras, já sentiram o peso da indignação daqueles que não suportam os tributos destinados a quem impuseram domínio, religião, indiferença e brutalidade. Duque de Caxias, Manuel de Borba Gato, Fernão Dias, Bartolomeu Bueno da Silva – o Anhanguera, que coloquem suas barbas de molho, pois

² Publicado originalmente com o título "O mito do mito" na Coluna do Cafundó, assinada pelo autor, no blog do Instituto Brasileiro de Direitos Culturais (IBDCult).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

os brasileiros e brasileiras não estão alheios a esse movimento. Eles não caíram de seus pedestais nem tiveram seus nomes retirados por completo, dos topônimos das cidades. Ainda!

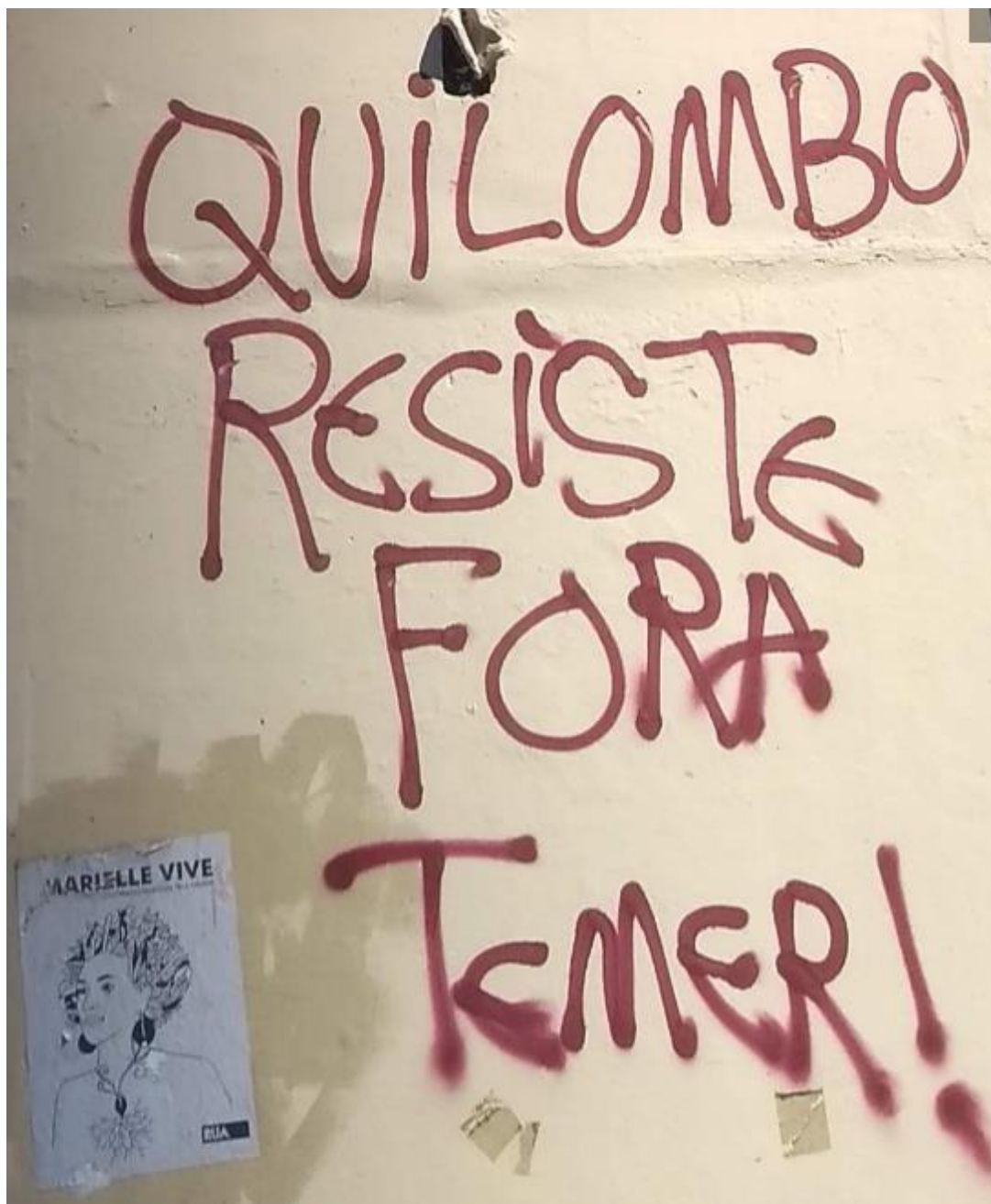
**ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História
Rio de Janeiro/RJ, 2021**



Monumento ao Bandeirante, Goiânia.

**ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História
Rio de Janeiro/RJ, 2021**

(Foto do autor, 14 de junho de 2019).



Detalhe da foto.

Algumas poucas exceções começam a nos alimentar de esperança democrática. No Maranhão, o governador Flávio Dino assinou decreto em 2015 que determinou a

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

mudança de nomes de escolas que sustentavam títulos de personalidades apresentadas no relatório da Comissão da Verdade, acusados por crimes de tortura durante a ditadura civil-militar. Por exemplo, o Centro de Ensino Castelo Branco passou a ser nomeado C.E. Vinícius de Moraes; o C. E. Emílio Garrastazu Médici, C. E. Paulo Freire.

Em Goiânia, o pedestal que serve de apoio ao brutal Anhanguera é constantemente alvo de manifestações (ver imagens): "quilombo resiste"; "Fora Temer"; "Marielle vive". Não são vandalismos banais como querem intitular os mais conservadores. Os monumentos, e o patrimônio cultural edificado como um todo, são alvos de reivindicações pela sua ressonância e sua exposição. Isso também passou a ser uma das funções do monumento. O oprimido não deve hospedar o opressor em si, instruiu Paulo Freire (2014). Estátua para ele! Não deixemos nosso ego despersonalizado, vociferou Frantz Fanon (2008). Busto dele já!

Se esses reclames não forem identificados como gritos de apelo por um dever de justiça e dever de memória, como prepondera Paul Ricœur (2007), em breve teremos na Esplanada dos Ministérios bustos de Brilhante Ulstra, major Curió e Sérgio Paranhos Fleury. Que cumpramos nosso dever, para que as pombas não tenham que, uma vez mais, fazer o delas.

Quando o patrimônio é apenas retórica³

A eloquência com que se patrimonializa um bem cultural ou natural, por vezes, aponta apenas para seu uso político-partidário, com a omissão de seu ideal objetivo: a proteção do patrimônio e/ou a emancipação dos grupos detentores do bem. Observemos.

São inscritos como Patrimônio da Humanidade, pela UNESCO (da sigla em inglês, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), o Complexo de Áreas Protegidas do Pantanal (Mato Grosso e Mato Grosso do Sul); as

³ Publicado originalmente com o título "Quando o patrimônio cultural é apenas retórica" na Coluna do Cafundó, assinada pelo autor, no blog do Instituto Brasileiro de Direitos Culturais (IBDCult) e no jornal o Estado de S. Paulo (<https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/quando-o-patrimonio-cultural-e-apenas-retorica/>).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Reservas do Cerrado – Parques Nacionais da Chapada dos Veadeiros e das Emas (Goiás); e o Complexo de Conservação da Amazônia Central (Amazonas).

Sobre o primeiro, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), assinala que "inscrito pela Unesco na Lista do Patrimônio Natural Mundial e Reserva da Biosfera em 2000, o Complexo de Áreas Protegidas do Pantanal, que compreende o Parque Nacional do Pantanal Mato-Grossense as Reservas Particulares de Proteção Natural de Acurizal, Penha e Dorochê, constitui o maior sistema inundado contínuo de água doce do mundo e um dos ecossistemas mais ricos em vida silvestre. O Pantanal recebeu esse reconhecimento devido à paisagem que, formada por ecossistemas particulares e tipicamente regionais, constitui uma das mais exuberantes e diversificadas reservas naturais do planeta"⁴.

Quanto ao segundo, "os parques nacionais da Chapada dos Veadeiros e das Emas foram declarados Patrimônio Mundial Natural pela Unesco, em 2001. As duas regiões são áreas protegidas do cerrado brasileiro, um dos ecossistemas tropicais mais antigos e diversificado do mundo. Por milênios, esses locais têm servido de refúgio para várias espécies durante os períodos de mudanças climáticas e será vital para a manutenção da biodiversidade da região do cerrado durante futuras flutuações climáticas"⁵.

Por fim, a Amazônia é área inscrita na Lista de Patrimônio Mundial pela Unesco que "possui mais de seis milhões de hectares e é uma das regiões mais ricas do planeta em biodiversidade, com importantes exemplos de ecossistemas de várzea, florestas de igapó, lagos e canais – os quais formam um mosaico aquático em constante mudança, onde vive a maior variedade de peixe elétrico do mundo. O Complexo de Conservação da Amazônia Central é formado pelo Parque Nacional do Jaú (inscrito em 2000), as reservas Desenvolvimento Sustentável Mairauá e Amanã, e o Parque Nacional Anavilhanas (inscrito em 2003), todos no Estado do Amazonas"⁶.

⁴ Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/40>. Acesso em 17 de setembro de 2020.

⁵ Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/53>. Acesso em 17 de setembro de 2020.

⁶ Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/41>. Acesso em 17 de setembro de 2020.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Contudo, me pergunto: por que estão sendo destruídos? Quem poderia protegê-los? De que serve o reconhecimento como patrimônios não só brasileiros, como da Humanidade?

Uma resposta a uma das perguntas seria: o governo federal. Todavia, esse é um dos cúmplices, autores e artífices das criminosas destruições de nossos ricos biomas. Tornou-se notória a frase do Ministro do Meio Ambiente que disse, em reunião ministerial, que o governo federal deveria aproveitar o foco dado pela mídia ao Covid para "passar a boiada"⁷. Isso significa relaxamento das leis ambientais, desregulamentação, ou, em português direto, torná-las frouxas e ineficientes.

O ministro já vinha agindo nesse sentido. A Instrução Normativa 13/2020, publicada antes mesmo da sacrílega reunião do dia 22 de abril, permite a pulverização de fungicidas agrícolas e de óleo mineral na cultura da banana, com diminuição da distância entre as áreas de povoamento e as que serão pulverizadas por agrotóxico. Assim, comunidades rurais, quilombolas, indígenas, tornam-se mais suscetíveis a serem atingidas. Outra exemplo é a tentativa de regulamentação de terras ilegalmente ocupadas, através da Medida Provisória 910, a "MP da Grilagem".

A grilagem, a invasão de terra, o agronegócio, são causas diretas de perseguição à agricultura familiar, a expulsão e o genocídio indígenas, a violência contra quilombolas e, claramente, a destruição dos biomas acima citados.

Segundo o INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), o Pantanal enfrenta a maior série de queimadas dos últimos 20 anos⁸. Até hoje, já foram destruídos 15% de toda a extensão do bioma no Brasil. Espécies ameaçadas de extinção, como as onças-pintadas, suçuaranas, araras azuis, dentre outras, sofrem ainda mais com esses crimes ambientais.

⁷ Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/salles-diz-em-reuniao-que-governo-deve-aproveitar-pandemia-e-ir-passando-a-boiada-em-medidas-regulatorias/>. Acesso em 17 de setembro de 2020.

⁸ Disponível em: <http://queimadas.dgi.inpe.br/queimadas/aq1km/>. Acesso em 17 de setembro de 2020.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

O mesmo se passa com a Floresta Amazônica e o Cerrado brasileiros. Segundo o Greenpeace, dos focos de calor registrados em julho desse ano, "539 foram dentro de Terras Indígenas, um aumento de 76,72% em relação ao ano passado, quando foram mapeados 305 focos. Além disso, 1.018 atingiram Unidades de Conservação, um aumento de 49,92% em relação ao mesmo período do ano passado"⁹. Para o Brasil Escola, "a pecuária extensiva e a agricultura mecanizada de soja, milho e algodão são as principais causas da destruição de boa parte desse tipo de formação vegetal"¹⁰. Cumpre lembrar que o Cerrado é responsável pelo abastecimento de várias redes hídricas de todo o Brasil, e a Amazônia é fonte de umidade para alimentar de chuvas outras partes do país.

Assim, penso que as ações de patrimonialização não são simples panaceias. Devem ser meios de promoção desses biomas, de instrumentalização de políticas públicas de proteção, de aplicação de penalidades eficazes e efetivas. Infelizmente, hoje no Brasil, não é a isso que se assiste. Só há grilos e gafanhotos. Já não se vê mais esperança.

Notas finais

A atuação de profissionais do Direito, que se especializem em Patrimônio Cultural, talvez seja uma saída para essa crise pela qual a UNESCO, o IPHAN e outros órgãos de preservação e proteção passam no Brasil. A ação do ICOMOS (da sigla em inglês, Conselho Internacional de Monumentos e Sítios) é de vanguarda sobre isso, visto que possui um comitê específico para tratar da relação entre Direito e Patrimônio. Mas é preciso reforçar esse comitê. É preciso torna-lo robusto.

Assim, esse texto breve funciona também como uma convocatória aos interessados e interessadas a permitirem que o ICOMOS seja um veículo de preservação eficaz do patrimônio brasileiro.

⁹Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2020/08/01/queimadas-na-amazonia-tem-alta-de-28-no-mes-de-julho-informa-inpe.htm>. Acesso em 17 de setembro de 2020.

¹⁰ Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/brasil/a-acao-fogo-no-cerrado.htm>. Acesso em 17 de setembro de 2020.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Referências Bibliográficas

CAMPOS, Yussef Daibert Salomão de. *Palanque e patíbulo: o patrimônio cultural na Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988)*. 2ª edição. Goiânia: Palavrear, 2019.

FANON, Frantz. *Pele Negra, Máscaras Brancas*. Salvador: EdUFBA, 2008.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2014.

RIBEIRO, Darcy. *Sobre o óbvio*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

RICŒUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora Unicamp, 2007.